

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANEXO X - SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	CARACTERIZAÇÃO E FASES DE IMPLANTAÇÃO.....	4
3.	COMERCIALIZAÇÃO.....	4
4.	ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	6
5.	REEMBOLSO DE DIREITO DE VIAGEM.....	7
6.	CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EMBARQUE NAS ESTAÇÕES	7

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Este ANEXO tem como objetivo estabelecer os padrões que deverão ser observados para a implantação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM pela CONCESSIONÁRIA, contemplando as ações de cobrança de TARIFAS, a operação do controle de dados do tráfego de USUÁRIOS, bem como a criação de ferramentas para o controle financeiro, transacional e contábil dos valores arrecadados.

1.2 Observado o regramento referente à TARIFA de que trata a Cláusula 38.2.5 do CONTRATO e ANEXO VIII, a comercialização dos TÍTULOS DE VIAGEM será feita pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiro com quem venha a contratar, de modo que os recursos arrecadados com o pagamento da TARIFA do SERVIÇO PARADOR e do SERVIÇO EXPRESSO deverão ser direcionados integralmente à CONTA CENTRALIZADORA.

1.2.1 Não haverá integração tarifária entre o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM e outros sistemas de arrecadação e bilhetagem já instituídos, exceto se supervenientemente exigido pelo PODER CONCEDENTE, observado o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

1.3 O custo dos TÍTULOS DE VIAGEM ao USUÁRIO terá como base valor da TARIFA, observadas políticas de benefícios ou isenções tarifárias legais aplicáveis ao SERVIÇO, observada a Cláusula 38.1.4 do CONTRATO, e as permissões à variação no valor da TARIFA listadas por conta e risco da CONCESSIONÁRIA nos termos dos itens 6.5.2. e 6.5.3. do ANEXO VIII.

1.3.1 As eventuais políticas de variação tarifária deverão observar o disposto no ANEXO VIII.

1.4 O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM deverá permitir a comercialização de TÍTULOS DE VIAGEM referentes ao SERVIÇO PARADOR e ao SERVIÇO EXPRESSO que observem ao menos os seguintes parâmetros técnicos:

1.4.1 Os TÍTULOS DE VIAGEM poderão ser materializados por meio de bilhetes unitários impressos, cartões Smart, QR Code, ou outra mídia eletrônica.

1.4.2 O SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA deverá ser certificado de acordo com a Norma ISO 24014-1:2007 – Parte 1, ISO 24014-2:2015 – Parte 2 e ISO 24014-3:2022 – Parte 3 (Sistemas de Bilhetagem Interoperável para Transporte Público) e seus sistemas, aplicações, equipamentos, SAMs e créditos eletrônicos deverão ser certificados conforme padrões abertos internacionais (ISO/STA/Calypso).

1.4.3 O SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA deverá atender às normas técnicas complementares que disciplinam os requisitos físicos, funcionais e de segurança dos componentes do sistema, tais como ISO/IEC 14443 e ISO/IEC 7816.

1.4.4 A CONCESSIONÁRIA deverá implementar e manter um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) conforme os requisitos da norma ISO/IEC 27001, e adotar os controles recomendados pela ISO/IEC 27002, com especial atenção às áreas de:

- i. criptografia e segurança de dados transacionais;
- ii. controle de acessos lógicos e físicos;

**PROCESSO SPI nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]
PPP TIC EIXO OESTE**

- iii. continuidade dos serviços de arrecadação;
- iv. auditoria de logs e rastreamento de incidentes;
- v. conformidade com requisitos legais de proteção de dados.

1.5 A CONCESSIONÁRIA deverá permitir a interoperabilidade entre os mecanismos de comercialização dos TÍTULOS DE VIAGEM contemplados no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM e outros sistemas de comercialização de bilhetes de transporte, independente do modal, desde que tais sistemas sejam certificados de acordo com a Norma ISO 24014-1:2007 – Parte 1, ISO 24014-2:2015 – Parte 2 e ISO 24014-3:2022 – Parte 3.

2. CARACTERIZAÇÃO E FASES DE IMPLANTAÇÃO

2.1 O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM deverá ser implantado com antecedência de até 180 (cento e oitenta) dias do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

2.2 O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM deverá viabilizar a cobrança de TARIFAS nas seguintes modalidades:

- 2.2.1 Cobrança de TARIFA com pagamento em dinheiro na moeda corrente nacional;
- 2.2.2 Cobrança de TARIFA com pagamento através de cartões EMV (Europay, Mastercard & Visa) modalidades crédito e/ou débito e pagamentos moveis (NFC); e
- 2.2.3 Leitura de QRCodes, gerados em aplicativos para dispositivos móveis, com pagamento na modalidade online por meio de cartões EMV (Europay, Mastercard & Visa) modalidades crédito e/ou débito ou PIX.

2.3 Serão admitidas outras modalidades para a cobrança de tarifa em vista de sua atualização tecnológica, resguardado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando decorrente de solicitação pelo PODER CONCEDENTE.

2.4 A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável por suportar, às suas expensas, os custos operacionais (Opex) e de capital (Capex) relativos à implementação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM.

3. COMERCIALIZAÇÃO

3.1 A CONCESSIONÁRIA realizará a comercialização de TÍTULOS DE VIAGEM ou de créditos para a aquisição de TÍTULOS DE VIAGEM, que será feita da seguinte maneira:

- 3.1.1 Nos meios físicos a CONCESSIONÁRIA deverá oferecer ao menos as modalidades de pagamentos previstas nos itens 2.2.1, 2.2.2, e 2.2.3 para todos os USUÁRIOS; e
- 3.1.2 Nos meios digitais a CONCESSIONÁRIA deverá oferecer ao menos as modalidades de pagamento previstas nos itens 2.2.2 e 2.2.3.

3.2 Para fins de controle e fiscalização, o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM deverá contemplar a emissão de bilhetes, físicos ou não, adquiridos por beneficiários de isenções totais ou parciais.

**PROCESSO SPI nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]
PPP TIC EIXO OESTE**

3.3 Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela contratação de terceiros para a gestão, operação e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

3.3.1 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação pelo PODER CONCEDENTE, em documentos apartados, lista contendo pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para as funções de gestão, operação e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM;

3.3.2 O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da apresentação da lista pela CONCESSIONÁRIA, homologar as empresas e/ou consórcio de empresas indicadas que atendam às exigências constantes do item 3.4 deste ANEXO.

3.3.3 A rejeição pelo PODER CONCEDENTE da(s) empresa(s)/consórcio(s) constantes da(s) lista(s) apresentadas pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do requisito previsto no item 3.4 deste ANEXO que não tenha sido atendido pela(s) empresa(s)/consórcio(s) indicados pela CONCESSIONÁRIA.

3.4 São exigências a serem observadas pela CONCESSIONÁRIA para a contratação de terceiros para a gestão, operação e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM:

3.4.1 Não estar no cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO, decorrente do artigo 87, inciso III, e do artigo 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, do artigo 156, inciso III da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ou, ainda, do artigo 47 da Lei Federal nº 12.462/2011;

3.4.2 Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 87, inciso IV, e do artigo 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou do artigo 156, inciso IV, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;

3.4.3 Não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.4.4 Não ter registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 e o artigo 37 do Decreto Estadual nº 67.301/2022;

3.4.5 Não ter sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;

3.4.6 Não estar proibida de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, §8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.4.7 Não ter sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**PROCESSO SPI nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]
PPP TIC EIXO OESTE**

- 3.4.8 Não ter sido declarada inidônea para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 3.4.9 Não ter sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011, e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- 3.4.10 Não ser sociedade cooperativa, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011;
- 3.4.11 Não estar em situação de insolvência, liquidação, regime de administração especial temporária ou intervenção, ou ainda, ter falência decretada por sentença judicial;
- 3.4.12 Não ser controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, nos termos definidos na Lei Federal nº 6.404/1976, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira da CONCESSIONÁRIA, ou de seus acionistas, assim como não ter participado dos projetos de engenharia e fornecimentos dos equipamentos ou sistemas, como empresa, consórcio ou membro de consórcio, nem ter participado do processo licitatório da CONCESSÃO;
- 3.4.13 Não contar com sócios que tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA;
- 3.4.14 Não possui, entre os membros da sua equipe, servidor ou dirigente do órgão/entidade responsável pela gestão ou acompanhamento do CONTRATO;

3.5 As demonstrações financeiras e demais dados informacionais sobre a arrecadação e comercialização dos TÍTULOS DE VIAGEM será objeto de acompanhamento e fiscalização pelo AUDITOR INDEPENDENTE.

3.6 O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de solicitar à CONCESSIONÁRIA que encerre quaisquer dos contratos firmados com terceiros para a gestão, operação e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM, mediante justificativa técnica e fundamentada, que poderá envolver, dentre outras razões: (i) a constatação da emissão de informações não fidedignas ou de qualidade duvidosa; e (ii) atrasos ou não direcionamento da arrecadação decorrente da comercialização das TARIFAS a uma CONTA CENTRALIZADORA.

3.7 Eventuais custos decorrentes da rescisão de quaisquer dos contratos com terceiros para a gestão, operação e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM deverão ser suportados pela CONCESSIONÁRIA.

4. ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1 A qualquer tempo, a ARTESP e o PODER CONCEDENTE poderão realizar auditoria criptográfica em quaisquer programas, mecanismos ou ferramentas contemplados no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM, bem como aos documentos e demonstrações relacionados à contratação de terceiros para a gestão, operação e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM.

**PROCESSO SPI nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]
PPP TIC EIXO OESTE**

4.1.1 A CONCESSIONÁRIA prestará o apoio necessário a ARTESP para a análise, controle e monitoramento dos dados e transações eletrônicas dos sistemas de bilhetagem eletrônica de forma estruturada e consolidada.

4.2 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar anualmente auditoria criptográfica com empresa independente, idônea e de notória especialização sobre todo o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM, comunicando à ARTESP qualquer informação relativa à auditoria quando solicitada.

4.3 A CONCESSIONÁRIA deverá prover o acesso à ARTESP a todas as informações do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM, para que esta possa coletar as informações necessárias.

4.3.1 Não é permitida a disponibilização de dados por meio de views, scripts, webservice. As informações devem ser coletadas diretamente das tabelas do banco de dados, por meio de sistema de informações implementado pela concessionária às suas expensas.

4.4 A propriedade das chaves criptográficas será do PODER CONCEDENTE.

5. REEMBOLSO DE DIREITO DE VIAGEM

5.1 Na ocorrência de qualquer evento que caracterize situação contingencial ou de emergência que imponha interrupção do serviço de circulação de trens (mesmo que parcial), ao PASSAGEIRO impedido de iniciar ou completar sua viagem será facultado sair da área paga da estação, sem a perda de seu direito de viagem. A devolução, em qualquer caso, será em TÍTULO DE VIAGEM unitário a ser providenciado pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com normatização a ser fixada pelo PODER CONCEDENTE.

5.2 Inclui-se como contingencial a necessidade de substituição de TÍTULO DE VIAGEM, do tipo QR Code ou outro dispositivo autorizado, que seja recusado pelo validador do bloqueio, devendo seu portador ser encaminhado pela CONCESSIONÁRIA à bilheteria da estação para substituição, ou, se o caso, para o TÍTULO DE VIAGEM ser excluído da aferição da apuração, ou ainda para que a CONCESSIONÁRIA possa dar instruções de verificação junto ao local de aquisição.

6. CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EMBARQUE NAS ESTAÇÕES

6.1 A apuração da quantidade de embarques de PASSAGEIROS nas estações do SERVIÇO PARADOR e do SERVIÇO EXPRESSO será realizada de forma automatizada e centralizada, pela CONCESSIONÁRIA, a partir das contabilizações realizadas nos bloqueios de acesso das estações e nos contadores e bloqueios das linhas de transferência de passageiros, estas localizadas nas estações de transferência.

6.2 A automatização dessas informações, de forma completa, será realizada pela CONCESSIONÁRIA, requerendo intervenções nos contadores de fluxo de PASSAGEIROS em estações de transferência, compreendendo:

- i. fornecimento, onde necessário, de hardware para contagem de PASSAGEIROS que acessem os serviços, por meio das transferências, e respectiva instalação de infraestrutura de comunicação nos moldes existentes nos acessos às estações;
- ii. nas transferências: fornecimento, onde necessário, dos bloqueios e contadores/câmeras ópticas, bem como instalação de infraestrutura de comunicação nos moldes existentes nos acessos às estações;
- iii. Comunicação estação/data center relativa à contabilização de acesso/transferência de PASSAGEIROS, ficando a cargo da CONCESSIONÁRIA a contratação de link de dados

**PROCESSO SPI nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]
PPP TIC EIXO OESTE**

responsável pela comunicação do sistema de controle de acesso de passageiros, centralizado das estações, para o data center do PODER CONCEDENTE; e

- iv. Implantação de controle de saída através de bloqueios que permitam a leitura e validação de TÍTULO DE VIAGEM, quando aplicável;

6.3 O controle de acesso dos PASSAGEIROS, é realizado a partir de validadores de bilhetes capazes de processar o controle de cartões inteligentes qualificados como TÍTULOS DE VIAGEM.

6.4 A CONCESSIONÁRIA será responsável pela aquisição, operação e manutenção dos equipamentos referidos no item 6.3 deste ANEXO e leitores de bilhetes QR Code, conforme norma ISO 24014-1:2007 – Parte 1, ISO 24014-2:2015 – Parte 2 e ISO 24014-3:2022 – Parte 3, devendo garantir que tais dispositivos sejam compatíveis com os sistemas de bilhetagem eletrônica, inclusive para futuras evoluções para sistemas de bilhetagem baseados em conta (account-based ticketing).

6.4.1 É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a implantação e manutenção destes equipamentos também nas estações que atendam a serviços de transporte que utilizam sistemas de bilhetagem.

6.5 Os validadores e leitores de bilhetes deverão atender a um índice mínimo de disponibilidade técnica mensal de 98% (noventa e oito por cento), aferido por estação, conforme metodologia a ser definida pelo PODER CONCEDENTE. O não cumprimento desse índice poderá acarretar aplicação de penalidades contratuais e glosa proporcional sobre os valores devidos à CONCESSIONÁRIA.

6.6 Todos os modelos de validadores e leitores de QR Code a serem utilizados deverão ser previamente homologados pela ARTESP, mediante comprovação de conformidade com:

- i. a arquitetura lógica e física do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM;
- ii. a infraestrutura de rede e energia das estações;
- iii. os padrões técnicos e de interoperabilidade definidos pela ISO 24014-1, 2 e 3;
- iv. os protocolos de comunicação utilizados nos servidores da CONCESSIONÁRIA e do PODER CONCEDENTE.

6.7 A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à homologação o modelo dos equipamentos, os manuais técnicos e os certificados de conformidade dos laboratórios de ensaio ou fabricantes autorizados.

6.8 Os validadores deverão dispor de mecanismos de segurança antifraude, que incluam, no mínimo:

- i. verificação de duplicidade de uso de QR Code ou de cartões smart;
- ii. controle contra uso sucessivo indevido de bilhetes com gratuidade ou benefício;
- iii. detecção de manipulação de dados nos dispositivos móveis de validação;
- iv. registro em log criptografado de todas as transações realizadas, com carimbo de data/hora e chave digital, conforme padrão exigido no item 4.4 deste ANEXO.

6.9 Os dados transacionais deverão ser armazenados de forma segura e mantidos acessíveis para fins de auditoria por período mínimo de 12 (doze) meses.

**PROCESSO SPI nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]
PPP TIC EIXO OESTE**

6.10 Os custos e as despesas inerentes a implantação nos validadores do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM caberão à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do regramento a seguir:

- 6.10.1 Os validadores dos TÍTULOS DE VIAGEM serão implantados nos bloqueios pela CONCESSIONÁRIA. A infraestrutura (canaletas e tubulações “secas”) para permitir a alimentação e conexão desses validadores também deverá ser provida pela CONCESSIONÁRIA, bem como área nas salas técnicas das estações para a instalação de “rack” de servidores, nos termos do ANEXO II.C.
- 6.10.2 A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pelos investimentos em linhas de bloqueio e catracas, bem como suas respectivas manutenções, cabendo, ainda, a montagem, adequação e manutenção das catracas e bloqueios, bem como da infraestrutura para o funcionamento dos validadores referidos nos itens 6.4 e 6.5.1 deste ANEXO.
- 6.10.3 A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer Equipamentos Concentradores de Sinais - ECS e servidores para compor o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM. Os custos e as despesas inerentes ao fornecimento, atualizações e manutenção nos validadores, servidores, software e outros equipamentos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM caberão à CONCESSIONÁRIA.

6.11 Como contingência para eventuais falhas de comunicação no sistema automatizado ou de inconsistência da informação, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a apuração dos giros mecânicos de bloqueios, ou apuração que possibilite a redundância necessária para validação, informando os valores do PODER CONCEDENTE, devidamente acompanhado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE que registrará as falhas verificadas e contingências aplicadas.

6.12 A distribuição e o controle de bilhetes eletrônicos de serviço e gratuidades serão realizados pela CONCESSIONÁRIA. A CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer procedimentos operacionais de utilização de controle de acessos gratuitos estabelecidos na legislação aplicável, para efeito de contabilização como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, nos termos do ANEXO VIII, e emitir relatórios a ARTESP com identificação por condição de benefício.

6.13 O PODER CONCEDENTE se reserva o direito de realizar pesquisa amostral de uso dos CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO, aplicando penalidade caso constatado desvio de finalidade na sua utilização.

- 6.13.1 A liberação de bloqueio com CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO de seus empregados não será permitida, devendo a CONCESSIONÁRIA providenciar CARTÕES DE SERVIÇO e estabelecer procedimento operacional compatível com esta condição.

6.14 Os acessos de funcionários e terceiros prestadores de serviços à CONCESSIONÁRIA não serão contabilizados como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, devendo também neste caso a CONCESSIONÁRIA estabelecer procedimento operacional compatível com esta condição, mediante CARTÃO DE SERVIÇO.

6.15 Tanto as informações Smart Card de acessos de PASSAGEIROS, quanto as validações apuradas nos bloqueios, são transmitidas pelos validadores, via uma rede própria do sistema nas estações que se conectam à rede física. Como contingenciamento a informação pode ser encaminhada via link específico (internet).